

**Estado de Goiás - Poder Judiciário****3ª UPJ - Fórum Cível - Av. Olinda, c/ Rua PL-3, Qd.G, Lt.4, Park Lozandes, Goiânia-GO, CEP nº 74.884-120.****7º andar, salas 706 e 707.****Email:** 3upj.civelgyn@tjgo.jus.br**Telefone:** (62)3018-6685 / 6686**Processo nº: 5248401-10.2022.8.09.0051**

Natureza: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Execução -> Execução de Título Extrajudicial -> Execução de Título Extrajudicial

Autor(a): Maria Erminia Lemos Maldi

Requerido(a): Adolfo De Deus Vieira Melo

Valor da Causa: R\$300.136,56

TERMO DE PENHORA

Na data e hora da assinatura digital, nos presentes autos de protocolo nº 5248401-10.2022.8.09.0051, PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Execução -> Execução de Título Extrajudicial -> Execução de Título Extrajudicial, por determinação do(a) Dr.(a) VANESSA CRHISTINA GARCIA LEMOS, Juiz(a) de Direito, eu, Fabíola Guimarães Vieira Silva, Analista Judiciário, lavro o presente **TERMO DE PENHORA**, conforme despacho | decisão constante no evento nº 60 e 81, nos moldes do art. 513 c/c arts. 838 e 845, §1º do CPC, acerca do bem a seguir descrito:

• **Descrição do bem:** Uma parte de terras, situada na Fazenda Mata da Posse, no município de Guapó, registrado no Cartório do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Guapó, sob matrícula nº 6.385.

• **Despacho | Decisão:** "Trata-se de Execução de Título Extrajudicial proposta por Maria Erminia Lemos Maldi em face de Adolfo De Deus Vieira Melo, devidamente qualificados nos autos em epígrafe. Em evento 60, foi proferida decisão deferindo a penhora do imóvel, sob matrícula n. 6.385, registrado no Cartório do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Guapó. Apresentada impugnação à penhora, essa foi rejeitada em evento 70. Traslada sentença proferida nos autos em apenso, por meio da qual foi julgado improcedente os embargos à execução, evento 75. Intimado, o exequente requereu o prosseguimento do feito e a lavratura do termo de penhora, evento 78. **É o relatório. Decido.** Efetivada a penhora sob o imóvel e ultrapassadas as formalidades do art. 841 do Código de Processo Civil, **determino a expedição de termo de penhora do bem**, segundo o disposto no artigo 838 c/c 845, § 1º, ambos do CPC. Em seguida, **expeça-se mandado para avaliação do imóvel penhorado**, utilizando-se o Sr. Oficial de Justiça do auxílio de reforço policial para o fiel cumprimento do mandado, caso seja necessário – artigo 870 e seguintes, do CPC. Caso existam custas a serem recolhidas, intime-se o Exequente para fazê-lo. **Prazo de 5 (cinco) dias.** Oportunamente, conclusos para deliberação. Após, intimem-se as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem-se sobre o laudo de avaliação. Cumpra-se. Goiânia/GO, data e hora da assinatura eletrônica. **Vanessa Crhistina Garcia Lemos, Juíza de Direito.**"

• **Exequente:** Maria Erminia Lemos Maldi, inscrito(a) no CPF | CNPJ sob o nº 167.551.031-87.

• **Executado:** Adolfo De Deus Vieira Melo, inscrito(a) no CPF | CNPJ sob o nº 260.736.091-91.

Advertência: Fica o depositário ciente das penalidades do art. 161, parágrafo único, do CPC/15 e art. 168, § 1º, II, do CP.

Goiânia/GO, data e hora da assinatura digital.

VANESSA CRHISTINA GARCIA LEMOS
Juiz(a) de Direito
(assinado digitalmente)